

Caderno de Prova

Código do Eixo
901

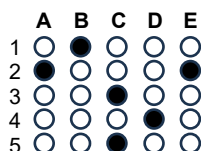
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Português

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de 21 a 25 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Linguagem e educação linguística

Evanildo Bechara

O título educação linguística não é novo nem cedo conseguiu impor-se tal como hoje se procura entender. Começou por merecer certa preocupação entre os linguistas, passando depois a ser considerado, entre pedagogos e professores, um domínio puramente técnico-didático. Hoje constitui um promissor campo de pesquisa e de resultados para a linguística e a educação, pondo claro, como bem disse o professor italiano Raffaele Simone, que a linguagem não é apenas uma “matéria” escolar entre as outras, mas um dos fatores decisivos ao desenvolvimento integral do indivíduo e, seguramente, do cidadão.

Lá fora, os resultados desses estudos empreendidos por conhecidos representantes da pesquisa linguística e educacional já repercutiram nos programas e currículos das universidades e das escolas de ensino médio.

Entre nós, onde tem sido tênue o fluxo de influência científica dessas pesquisas, explodiu uma reação ao que se convencionou chamar pejorativamente “tradicionalismo”, e a mudança — que se fazia necessária em vários pontos — acabou por produzir resultados desastrosos.

É oportuno lembrar que, de todos os componentes dos currículos das escolas de ensino médio, foram os textos destinados ao ensino de língua portuguesa os que mais sofreram com a onda novidadeira, introduzindo, além da doutrina discutível, figuras e desenhos coloridos tão extemporâneos e desajustados, que aviltaram o *tradicionalismo* e insultaram a dignidade por que sempre se pautaram os textos escolares entre nós. A comparação entre um livro para ensino de língua portuguesa e outro para ensino da matemática, da história ou da geografia quase nos leva a retirar o primeiro da linha do que se costuma chamar compêndio didático, para incluí-lo no rol dos antigos e coloridos almanaques distribuídos ao início de cada ano, como os tornados célebres Almanques do Capivarol, esquecido produto farmacêutico. Muito lucrariam os alunos se esses produtos de uma pretendida revolução educacional guardassem a dignidade e a soma de boas informações que caracterizaram o Almanaque Garnier, por exemplo.

Já que estamos fazendo uma crítica a certas inovações perturbadoras e pouco produtoras que muitos compêndios, à luz de uma didática formal ou informal, pretenderam introduzir no ensino da língua portuguesa, na década de 1960, cabe um comentário acerca do privilegiamento da língua oral, espontânea, em relação à língua escrita.

Deveu-se o fenômeno, cremos nós, a duas ordens de fatores: uma de natureza linguística, outra de natureza política. As ciências da linguagem vieram patentear que as línguas históricas são fenômenos eminentemente orais, e que o código escrito outra coisa não é senão um equivalente visível do código oral, que, de falado ou ouvido, passa a ser escrito e lido. Assim sendo, a linguística norte-americana, especialmente ela, pôde desenvolver rígidos e precisos modelos de descrição de línguas indígenas que jamais conheceram, de modo sistemático, a transposição escrita do discurso falado.

Esta possibilidade de uma metodologia com rigor científico aplicado a línguas ágrafas parece que estimulou em muitos estudiosos bloomfieldianos certa desatenção ao código escrito, considerando-o até campo que extrapola a investigação linguística. Tal atitude chegou a provocar a crítica de Gleason, autor de um dos melhores manuais de linguística descritiva de orientação norte-americana.

Essa visão distorcida da realidade incentivou outro passo adiante dado por alguns linguistas, também, em geral, norte-americanos: a crítica à natureza normativa da gramática tradicional, com a defesa de que se deve deixar a língua livre de qualquer imposição. Um desses linguistas, Robert Hall, em 1950, chegou a intitular ou a aceitar esse título proposto pela editora a um livro seu de divulgação linguística: *Leave your language alone* (*Deixe a sua língua em paz*), título que foi alterado na segunda edição.

Portanto, vieram pela porta da própria linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito-padrão.

Por isso, assistiu-se entre nós, na década de 1960, a um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração.

A bem da verdade, cabe-nos dizer que já se assiste a uma reação a esse estado de coisas, e os livros didáticos mais recentes voltam a insistir no padrão culto da linguagem, quer nas recomendações da gramática normativa, quer através da inclusão e seleção de textos, literários ou não, a que refletem esse padrão.

Ainda insistindo nessa ordem de ideias, é interessante lembrar a indulgência e até certo elogio com que Ferdinand de Saussure comenta a tarefa da gramática tradicional, de inspiração grega. Logo na introdução do *Cours de linguistique générale*, ao referir-se à polissemia do termo *gramática*, diz que essa gramática tradicional está “fundada na lógica e desprovida de toda a visão científica e desinteressada da própria língua”, portanto o que se pretende é “unicamente dar regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito distante da observação pura, o seu ponto de vista é necessariamente restrito”.

A outra ordem de fatores procede da política, ou para não desmerecer uma atividade nobre, de certas teses populistas e demagógicas, especialmente no que concerne à educação linguística de adultos, segundo as quais devem os “oprimidos” ficar com sua própria língua e não aceitar a da classe dominante.

Ora, a educação linguística põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada um, garantindo-lhe o curso da intercomunicação social, mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio inicial. As normas da classe dita “opressora” e “dominante” não serão nem melhores nem piores do que as usadas na língua coloquial. Como bem lembrou o professor Raffaele Simone, “enquanto a posição populista perpetua a segregação linguística das classes subalternas, a educação linguística deverá ajudar a sua libertação”.

A tese populista do ponto de vista democrático é tão falha quanto a tese que combate, pois ambas insistem num velho erro da antiga educação linguística, já que ambas são de natureza “monolíngue”, isto é, só privilegiam uma variedade do código verbal, ou da modalidade dita “cultura” (da classe dita “dominante” ou “opressora”), ou a modalidade coloquial (da classe dita “oprimida”).

In: **Fato e dúvidas da linguagem**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

(texto publicado originalmente no jornal *Mundo Português* e na revista *Na Ponta da Língua*, em 15/04/1994).

21. O texto, de forma global, propõe-se a,
- A) diante da constatação de um fato, explicar um fenômeno.
 - B) diante de um fenômeno indiscutível, defender um posicionamento.
 - C) diante de uma questão controversa, defender um posicionamento.
 - D) em uma delimitação temporal, encadear uma sucessão de acontecimentos.
 - E) em uma delimitação temporal, apresentar propriedades de um objeto.
22. Além da voz do autor, outras vozes são trazidas para o texto, sob forma de citações. Essas citações ilustram um recurso de intertextualidade
- A) explícita, mantendo tão somente diálogos de convergência em relação à voz do autor.
 - B) explícita, mantendo diálogos de convergência e de divergência em relação à voz do autor.
 - C) implícita, mantendo diálogos de convergência e de divergência em relação à voz do autor.
 - D) implícita e explícita, mantendo tão somente diálogos de convergência em relação à voz do autor.
 - E) implícita e explícita, mantendo tão somente diálogos de divergência em relação à voz do autor.
23. A palavra **até**, empregada nos parágrafos 7, 10 e 12,
- A) apresenta valor argumentativo tão somente na primeira ocorrência, com sentido equivalente à palavra “inclusive”.
 - B) apresenta valor argumentativo tão somente na terceira ocorrência, com sentido equivalente à expressão “no mínimo”.
 - C) é isenta de valor argumentativo nas três ocorrências, uma vez que é tão somente uma preposição.
 - D) é isenta de valor argumentativo na segunda ocorrência, pois funciona como preposição delimitadora de tempo.
 - E) apresenta valor argumentativo nas três ocorrências, com sentido equivalente à palavra “inclusive”.

24. No primeiro período do parágrafo 4, ao tecer crítica aos livros didáticos de língua portuguesa, o autor
- A) modaliza a linguagem por meio de uma estrutura cristalizada “verbo ser + adjetivo” e sinaliza uma informação implícita por meio de um advérbio de intensidade, procedimentos que contribuem para a persuasão do leitor.
 - B) modaliza a linguagem por meio de uma estrutura cristalizada “verbo ser + substantivo” e sinaliza uma informação implícita por meio de um advérbio de intensidade, procedimentos que contribuem para a persuasão do leitor.
 - C) modaliza a linguagem por meio de uma locução adverbial e sinaliza uma informação implícita por meio de um verbo que indica mudança ou permanência de estado, procedimentos que contribuem para a persuasão do leitor.
 - D) modaliza a linguagem por meio de uma estrutura cristalizada “verbo ser + adjetivo” e sinaliza uma informação implícita por meio de um advérbio de intensidade, procedimentos incomuns ao tipo textual em foco.
 - E) modaliza a linguagem por meio de uma locução adverbial e sinaliza uma informação implícita por meio de um verbo que indica mudança ou permanência de estado, procedimentos incomuns ao tipo textual em foco.
25. Leia o período reproduzido a seguir e considere o contexto linguístico no qual está inserido.

Portanto, vieram pela porta da própria linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito-padrão.

Nesse período, o posicionamento das palavras revela

- A) uma inversão de natureza estilística, previsível na língua portuguesa em situações nas quais os verbos a que se referem o sujeito pedem objeto; e, nesse caso, tem-se um sujeito composto realçado pela sua posposição aos verbos.
- B) uma inversão de natureza estilística, previsível na língua portuguesa em situações nas quais os verbos a que se referem o sujeito dispensam objeto; e, nesse caso, tem-se um sujeito simples realçado pela sua posposição aos verbos.
- C) a manutenção, para fins estilísticos, da ordem direta dos termos da oração, previsível na língua portuguesa em situações nas quais os verbos a que se referem o sujeito dispensam objeto; e, nesse caso, tem-se um sujeito composto realçado pela sua anteposição aos verbos.
- D) a manutenção, para fins estilísticos, da ordem direta dos termos da oração, previsível na língua portuguesa em situações nas quais os verbos a que se referem o sujeito pedem objeto; e, nesse caso, tem-se um sujeito simples realçado pela sua anteposição aos verbos.
- E) uma inversão de natureza estilística, previsível na língua portuguesa em situações nas quais os verbos a que se referem o sujeito dispensam objeto; e, nesse caso, tem-se um sujeito composto realçado pela sua posposição aos verbos.

Para responder às questões 26 e 27, considere o comentário reproduzido a seguir.

O reconhecimento da norma culta real não deve servir de base para um novo tipo de prescrição e repressão linguísticas. É preciso adotar a posição do convívio democrático e tranquilo entre as formas tradicionalmente padronizadas e as formas inovadoras já incorporadas à atividade linguística dos falantes urbanos. Não vamos praticar uma prescrição às avessas: rejeitar as formas tradicionais para aceitar exclusivamente as inovadoras. Na prática linguística falada e escrita, existe lugar para todas elas. O importante é abandonar de vez a noção irracional de que as formas inovadoras constituem erros a ser evitados. É inútil tentar combater supostos “erros” que já se fixaram nas variedades urbanas de prestígio, inclusive na nossa melhor produção literária desde o Romantismo.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

26. A professora Pronominália necessitou planejar uma aula sobre os pronomes clíticos o/a/os/as. Em consonância com o posicionamento explicitado no comentário, a professora deverá
- A) destacar que esses pronomes ocorrem em gêneros textuais de escrita mais monitorada, ressaltar a função como mecanismo de retomada anafórica e confrontar essa ocorrência com o uso em gêneros textuais que reproduzem o falar urbano, como o falar de um personagem de um romance contemporâneo.
 - B) destacar que esses pronomes ocorrem em gêneros textuais de escrita mais monitorada, ressaltar a função como mecanismo de retomada anafórica e condenar a não ocorrência desse uso em gêneros textuais que reproduzem ficcionalmente o falar urbano, como o falar de um personagem de uma telenovela contemporânea.
 - C) destacar que esses pronomes ocorrem em gêneros textuais de escrita mais monitorada, ressaltar a função como mecanismo de retomada anafórica e condenar a não ocorrência desse uso em situações de interação falada reais ou ficcionais.
 - D) evidenciar a baixa incidência do uso desses pronomes como mecanismo de retomada anafórica na interação falada e concluir que, independentemente do gênero e da esfera de circulação, o uso dos pronomes clíticos deve ser substituído por ele/ela/ele/elas com função de objeto direto.
 - E) evidenciar a alta incidência do uso desses pronomes como mecanismo de retomada anafórica na interação escrita monitorada e concluir que, independentemente do gênero e da esfera de circulação, o uso dos pronomes clíticos é o único modo correto de pronominalização da informação.

27. O professor Acraseandro decidiu preparar uma aula sobre a diferença entre o “a” artigo e o “a” preposição e, em decorrência, discutir sobre o uso do acento indicador de crase. Como texto motivador, entregou aos alunos a tirinha reproduzida a seguir.



Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

Na concepção de funcionamento da língua apresentada no comentário que serve de base para esta questão, o professor Acraseandro, ao discutir o uso do “a” artigo e do “a” preposição, partindo da situação apresentada na tirinha, deve

- A) defender que considerar o uso da crase e suas exceções como um projeto ambicioso resulta do fato de que esse uso é complexo e exclusivo de falantes com alto grau de escolaridade, seja na modalidade oral, seja na escrita; portanto, ensinar o uso do acento grave é reproduzir uma visão elitista do ensino de língua portuguesa.
- B) considerar que enxergar o uso do acento grave e suas exceções como um projeto ambicioso resulta do fato de que esse uso é considerado complexo e é exclusivo da escrita, não havendo correspondente nos sons da língua portuguesa falada no Brasil; portanto, trata-se de um fenômeno a ser ensinado por meio da leitura de produções escritas monitoradas.
- C) orientar que o exercício da oralidade seria o procedimento ideal para o ensino da diferença entre artigo e preposição e sua relação com o uso do acento grave, uma vez que há uma diferença audível, no português falado no Brasil, entre a pronúncia do “a” preposição e do “a” artigo.
- D) explicar que a dificuldade de se dominar o uso do acento grave e suas exceções é resultado da baixa qualidade do ensino de escrita oferecido aos estudantes e que não há relação entre essa dificuldade e as questões linguísticas inerentes à língua portuguesa falada no Brasil.
- E) concordar que dominar o uso do acento grave é um empreendimento ambicioso para qualquer falante da língua portuguesa no Brasil e que, por isso, insistir na obrigatoriedade do uso do acento grave, quando da fusão da preposição com o artigo, é uma visão do senso comum a ser banida da escrita, por meio de uma ruptura com a tradição gramatical.

As questões de 28 a 31 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A raposa e as uvas

(Reginaldo Rossi)

Lembro com muita saudade daquele bailinho
quando a gente dançava bem agarradinho
Onde a gente ia mesmo é pra se abraçar
você com laquê no cabelo e um vestido rodado
E aquelas anáguas com tantos babados
e você se sentava só pra me mostrar

E tudo o que a gente transava
eram três quatro cubas
Eu era a raposa e você era as uvas
eu sempre querendo teu beijo roubar
e por mais que você se esquivasse
Eu tinha certeza que no fim do baile
na minha lambreta aquele broto bonito
ia me abraçar

Quando a orquestra tocava "Besame mucho"
eu lhe apertava e olhava seu busto
Dentro do corpete querendo pular
Eu todo cheiroso a "Lancaster" e você a "Chanel"
Eu era menino mas fazia o papel
do homem terrível só pra lhe guardar

E tudo o que a gente transava
eram três quatro cubas
Eu era a raposa e você era as uvas
eu sempre querendo teu beijo roubar
e por mais que você se esquivasse
Eu tinha certeza que no fim do baile
na minha lambreta
Contente pra casa eu ia te levar

E ao chegar em tua casa em frente ao portão
um beijo um abraço minha mão tua mão
com medo que o velho pudesse acordar
A pílula já existia mas nem se falava
nos muitos conselhos que tua mãe te dava
Tinha um que dizia: "só depois de casar"

E tudo o que a gente transava
eram três quatro cubas
Eu era a raposa e você era as uvas
eu sempre querendo teu beijo roubar
e por mais que você se esquivasse
Eu tinha certeza que no fim do baile
na minha lambreta aquele corpo bonito ia me abraçar

Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/reginaldo-rossi/a-raposa-e-as-uvas.html>. Acesso em: 22 ago. 2025.

28. Os afastamentos das convenções da norma-padrão presentes na canção
- A) dificultam, integralmente, a recuperação do sentido do texto e, como provocam uma incoerência estilística localizada, não devem ser aceitos.
 - B) dificultam, parcialmente, a recuperação do sentido do texto e, considerando-se o gênero e a situação de comunicação, não devem ser aceitos.
 - C) não dificultam a recuperação do sentido do texto e, embora se configurem como desvios no âmbito da concordância e da pontuação, devem ser aceitos.
 - D) não dificultam a recuperação do sentido do texto e, considerando-se o gênero e a intenção comunicativa prioritária, devem ser aceitos.
 - E) não dificultam a recuperação do sentido do texto, mas, uma vez que se configuram como desvios no âmbito da estruturação sintática, não devem ser aceitos.
29. Considerando o processo de construção de sentidos, o texto, por meio da imitação por
- A) captação, desconstrói, no plano da expressão, a moral da fábula de Esopo, a fim de produzir humor gratuito.
 - B) captação, mantém, no plano do conteúdo, o tema do objeto do desejo inalcançável existente na fábula de Esopo.
 - C) captação, mantém a tipologia e a antropomorfização, embora haja mudança na moral da fábula de Esopo.
 - D) subversão, inverte a moral da fábula de Esopo, a fim de produzir, globalmente, um humor irônico e sarcástico.
 - E) subversão, altera o gênero e a tipologia, embora mantenha alguns sentidos produzidos pela fábula de Esopo.
30. Ao utilizar a composição de Reginaldo Rossi, em sala de aula, o professor deve enfatizar que
- A) a produção global de sentido, nesse texto, dá-se, exclusivamente, no plano do conteúdo.
 - B) o conteúdo desse texto tem muito mais relevância do que o modo como as informações estão organizadas.
 - C) o plano da expressão desse texto também é responsável pela construção de sentidos.
 - D) a plurissignificação é um fator gerador de opacidade de sentidos nesse texto, o que compromete o plano semântico e a recuperação da intenção comunicativa dominante.
 - E) a linguagem desse texto encontra-se automatizada, fator prejudicial à sua compreensão, por comprometer a recuperação da intenção comunicativa dominante.
31. Considerando o plano da expressão, o uso majoritário de verbos flexionados no
- A) pretérito imperfeito do indicativo é uma característica do texto planejado como narrativo e descritivo.
 - B) pretérito imperfeito do indicativo é uma característica do texto planejado como descritivo.
 - C) pretérito perfeito do indicativo é uma característica do texto planejado como narrativo e descritivo.
 - D) pretérito perfeito do subjuntivo é uma característica do texto planejado como narrativo.
 - E) pretérito imperfeito do subjuntivo é uma característica do texto planejado como descritivo.

As questões de 32 a 37 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A raposa e as uvas

Uma contrafábula

(Jô Soares)

Passava certo dia uma raposa perto de uma videira. Apesar de normalmente nunca se alimentar de uvas, pois se trata de um animal carnívoro e não vegetariano, sua atenção foi chamada pela beleza dos cachos que reluziam ao sol. Fenômeno estranhíssimo, uma vez que, geralmente, toda fruta cultivada é revestida por uma fina camada protetora de inseticida e dificilmente pode refletir a luz solar com tal intensidade.

Sendo curiosa e matreira, como toda raposa matreira e curiosa, aproximou-se para melhor observar a videira. Os cachos estavam colocados muito acima de sua cabeça, e o animal (sem insulto) não teve oportunidade de prová-los, mas, sendo grande conhecedor de frutas, bastou-lhe um olhar para perceber que as uvas não estavam maduras.

— Estão verdes — disse a raposa, deixando estupefatos dois coelhos que estavam ali perto e que nunca tinham visto uma raposa falar. Seu comentário foi ainda mais espantoso, uma vez que as uvas não eram do tipo moscatel e sim pequeninhas e pretas, podendo facilmente ser confundidas, à primeira vista, com jabuticabas. Note-se por este pequeno detalhe o profundo conhecimento que a raposa tinha de uvas, ao afirmar com convicção que apesar de pretas, elas eram verdes. Dito isto, afastou-se daquele local.

Horas depois, passa em frente à mesma videira outra *Canis vulpes* (nome mais sofisticado do mesmo bicho), mais alta do que a primeira. Sua cabeça alcança os cachos e ela os devora avidamente. No dia seguinte ao frutífero festim, o pobre bicho acorda com lancinantes dores estomacais. Seu veterinário, chamado imediatamente, diagnostica uma intoxicação provocada por farta ingestão de uvas verdes.

MORAL: Nem todas as raposas são despeitadas.

SOARES. Jô. **O astronauta sem regime**. São Paulo: Círculo do Livro, 2013.

32. O referente textual “raposa” é objeto discursivo ao longo do texto. Quanto às anáforas que estabelecem a relação coesiva,
- A) no quarto parágrafo, o referente é substituído por sinônimos.
 - B) no segundo parágrafo, o referente é substituído por um hiperônimo.
 - C) no quarto parágrafo, os períodos estão interligados apenas por anáforas pronominais.
 - D) no quarto parágrafo, as anáforas são construídas apenas com auxílio de substantivos e adjetivos.
 - E) no segundo parágrafo, todas as anáforas acrescentam traços semânticos novos ao referente.
33. Considerando as sequências textuais presentes no texto,
- A) a planificação do texto ancora-se em duas sequências textuais, com predominância de uma delas.
 - B) a planificação do texto ancora-se em três sequências textuais, sem predominância de uma delas.
 - C) a relação de anterioridade e de posterioridade no encadeamento das ações sinaliza a presença exclusiva da sequência narrativa.
 - D) a utilização majoritária do pretérito imperfeito do indicativo assegura a presença da sequência textual dominante.
 - E) a mudança de tempo verbal provoca um problema de coerência não intencional tanto narrativa quanto temporal.

34. Para o leitor depreender a crítica do texto de Jô Soares, é condição imprescindível
- A) considerar, no conjunto dos parágrafos, a série contínua de subentendidos e recuperar essas informações implícitas.
 - B) identificar tão somente informações principais e desconsiderar circunlóquios, presentes em todos os parágrafos.
 - C) recuperar as informações pressupostas e desconsiderar a linguagem denotativa, presentes em todos os parágrafos.
 - D) associar índices e, mediante o conhecimento de mundo, identificar as alusões, extensivas a quase todos os parágrafos.
 - E) recuperar ironias, interpretar metáforas e, mediante operações cognitivas, atribuir um sentido compatível ao contexto.

35. Em se mudando o tempo verbal do último parágrafo para o
- A) pretérito perfeito do indicativo, mantêm-se a mesma sequência textual dominante e a mesma intenção comunicativa prioritária.
 - B) pretérito imperfeito do indicativo, mantêm-se a mesma sequência textual dominante e a mesma intenção comunicativa prioritária.
 - C) pretérito perfeito do subjuntivo, mantêm-se a mesma sequência dominante, mas há alteração do efeito estilístico.
 - D) futuro do pretérito do indicativo, alteram-se tanto a sequência dominante como a intenção comunicativa prioritária.
 - E) futuro do pretérito do indicativo, altera-se a sequência dominante, mas se mantêm a intenção comunicativa prioritária e o efeito estilístico.

36. Considere o excerto reproduzido a seguir.

Os cachos estavam colocados muito acima de sua cabeça,[1º] e o animal (sem insulto) não teve oportunidade de prová-los,[2º] mas,[3º] sendo grande conhecedor de frutas,[4º] bastou-lhe um olhar para perceber que as uvas não estavam maduras.

Em relação às vírgulas presentes no período, é correto afirmar:

- A) a terceira foi utilizada, exclusivamente, por motivação estilística, enfatizando uma ironia.
- B) todas foram utilizadas em atendimento às convenções da tradição gramatical.
- C) a primeira e a terceira foram utilizadas por motivação estilística e indicam pausa respiratória.
- D) apenas a primeira e a segunda foram utilizadas em atendimento às convenções da tradição gramatical.
- E) apenas a segunda e a quarta foram utilizadas em atendimento às convenções da tradição gramatical.

37. Em relação ao título do texto, é correto afirmar:

- A) o título, elemento paratextual, antecipa a reflexão realizada ao longo do texto.
- B) o título apresenta, mesmo depois da leitura global do texto, apenas sentido denotativo.
- C) o título sugere uma informação subentendida: os enredos literários não são inventivos, apenas realizam releituras de histórias preexistentes.
- D) o título depende do conhecimento de outros textos para ser compreendido.
- E) o título, para ser compreendido, não depende de informações cotextuais, mas da recuperação de uma informação pressuposta.

38. Considere o excerto reproduzido a seguir.

É oportuno lembrar **que[1]**, de todos os componentes dos currículos das escolas de ensino médio, foram os textos destinados ao ensino de língua portuguesa os **que[2]** mais sofreram com a onda novidadeira, introduzindo, além da doutrina discutível, figuras e desenhos coloridos tão extemporâneos e desajustados, **que[3]** aviltaram o *tradicionalismo* e insultaram a dignidade porque sempre se pautaram os textos escolares entre nós. A comparação entre um livro de ensino de língua portuguesa e outro para ensino de matemática, da história ou da geografia quase nos leva a retirar o primeiro da linha do **que[4]** se costuma chamar compêndio didático, para incluí-lo no rol dos antigos e coloridos Almanques do Capivarol, esquecido produto farmacêutico. Muito lucrariam os alunos se esses produtos de uma pretendida revolução educacional guardassem a dignidade e a soma de boas informações **que[5]** caracterizaram o Almanaque Garnier, por exemplo.

Em relação aos elementos coesivos numerados e em destaque, é correto afirmar:

- A) os elementos 1, 3, 4 e 5 estabelecem a mesma relação semântica entre as orações que interligam.
- B) os elementos 1, 2 e 4 introduzem orações de valor substantivo e podem ser substituídos por elementos linguísticos equivalentes.
- C) todos estabelecem um elo de subordinação da oração que introduzem e exercem a mesma função sintática.
- D) os elementos 2, 3, e 5 substituem um referente e introduzem orações que exercem função adjetiva.
- E) todos estabelecem um elo de coordenação da oração que introduzem e produzem uma relação de sentido distinta.

39. Leia os poemas reproduzidos a seguir.

Canção do exílio

(Gonçalves Dias)

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

DIAS, Gonçalves. **Poesia**. Coleção "Nossos Clássicos". São Paulo: Agir, 1969.

Canção do exílio

(Murilo Mendes)

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernalongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.
Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. org. por I. Stegagno Picchio. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Em relação à discussão sobre nacionalismo literário,

- A) os eus-líricos de ambos os poemas aproximam-se quanto à ideia de nação idealizada, que vai ao encontro do nacionalismo romântico, embora haja diferenças perceptíveis em relação à descrição da natureza e à forma empregada.
- B) o eu-lírico do poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, ao exaltar a natureza como símbolo nacionalista, constrói uma imagem idealizada da nação brasileira, que vai ao encontro do nacionalismo realista, assim como o eu-lírico do poema surrealista de Murilo Mendes.
- C) os eus-líricos de ambos os poemas, embora haja diferenças históricas, aproximam-se quanto à ideia de nação idealizada; o poema de Gonçalves Dias é do romantismo, já o de Murilo Mendes é do pré-modernismo.
- D) o eu-lírico do poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, ao exaltar a natureza como símbolo nacionalista, constrói uma imagem idealizada da nação brasileira, que vai ao encontro do nacionalismo romântico; já o eu-lírico do poema de Murilo Mendes desconstrói a imagem idealizada de outrora.
- E) o eu-lírico do poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, ao exaltar a natureza como símbolo nacionalista, constrói uma imagem idealizada da nação brasileira, que vai de encontro ao nacionalismo romântico; já o eu-lírico do poema surrealista de Murilo Mendes desconstrói a imagem idealizada de outrora.

40. Considere o poema reproduzido a seguir.

**DESCREVE O QUE ERA REALMENTE NAQUELE TEMPO A CIDADE DA BAHIA DE MAIS ENREDADA
POR MENOS CONFUSA.**

(Gregório de Matos)

A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar a cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um frequentado olheiro,
Que a vida do vizinho, e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,
Para a levar à Praça, e ao Terreiro.

Muitos Mulatos desavergonhados,
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados,
Todos, os que não furtam, muito pobres,
E eis aqui a cidade da Bahia.

MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista – obra poética completa (volume 1)*. Organização: James Amado. 4. ed., Rio de Janeiro: Record, 1999. (p. 33).

Nesse poema, entre os aspectos da sociedade baiana do século XVII satirizados por Gregório de Matos,

- A) estão a hipocrisia e a corrupção presentes na vida política e econômica, conforme a denúncia da prática de usura no mercado.
 - B) está a imagem dos conselheiros e governantes, retratados como sábios capazes de organizar tanto a vida pública quanto a privada.
 - C) está a harmonia social entre nobres e mulatos, marcada pela igualdade de oportunidades no espaço urbano.
 - D) está a vida comunitária baseada na solidariedade, em que os vizinhos ajudam-se e compartilham suas experiências.
 - E) estão as práticas comerciais e mercadológicas da Bahia, vistas como exemplo de honestidade e prosperidade.
41. Em sua obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), Antonio Candido utiliza um método histórico/sociológico para compreender a relação entre obras, autores e público a fim de constituir a ideia de um sistema literário no Brasil. Considerando essa perspectiva, é correto afirmar:
- A) *Inocência*, de Visconde de Taunay, alinha-se ao mesmo projeto estético de *Moço Loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo.
 - B) *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, alinha-se ao mesmo projeto estético de *O Cabeleira*, de Franklin Távora.
 - C) *Missal e Broquéis*, de Cruz e Sousa, alinha-se ao mesmo projeto estético de *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto.
 - D) *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, alinha-se ao mesmo projeto estético de *Cinco Minutos*, de José de Alencar.
 - E) *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, alinha-se ao mesmo projeto estético de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

42. Do ponto de vista estilístico, as produções literárias de Graciliano Ramos e de Guimarães Rosa são relacionadas, respectivamente, ao trabalho estético de
- A) espontaneidade e de concisão.
 - B) experimentação e de concisão.
 - C) inventividade e de simplicidade.
 - D) concisão e de experimentação.
 - E) concisão e de espontaneidade.
43. O poeta Paulo Leminski, habitualmente, é visualizado como um representante da tendência contemporânea da poesia marginal. No entanto, além de se filiar a essa estética, Leminski transitou por outros movimentos como a poesia concreta e o tropicalismo. Esse último movimento firmou uma forte relação do artista curitibano com a música popular brasileira. Em decorrência disso, Leminski compôs diversas canções que hoje fazem parte do repertório de artistas conhecidos da MPB. Na música, um dos principais parceiros de Leminski foi o compositor Moraes Moreira. Juntos, eles compuseram a canção *Pernambuco “meu”*, lançada no álbum de Moraes Moreira *Coisa acesa*, de 1982, e reproduzida a seguir.

Pernambuco “meu”

(Paulo Leminski)

Um frevo em ré
Pra deixar você fora de si
Não tem
Frevo de fé
Como lá, feito lá em Recife
Ninguém
Cidade velha e bonita
Assim já nem há
Já tá pra lá
Bem pra lá de maduro
O araçá
O que é que há meu bem
O que haverá não sei
Essa é a lei
Virá, virá

Repouso em ré
Nessa pauta e por falta
De assunto escrevo
Oh, minha Dora me adora
Dorinha, rainha do frevo
Um frevo em fá
Bem falado pra ser
Chamuscado ao Sol
Não tenha dó
Natural sostenido ou bemol
Não tenha dó de mim
Vai ser pior assim
Não tenha dó de mim
Vai ser pior assim
Não tenha dó
Vai ser pior
Pernambuco, eu te quero
Não me deixe maluco
Pernambuco, eu espero
Que eu nunca fique caduco

Disponível em: <https://open.spotify.com/intlpt/track/6704THmXZvRbxVI8u3K1o1?si=c417125d8e0a430a>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Na letra da canção *Pernambuco “meu”*, observa-se que

- A) uma declaração afetiva e poética é feita ao estado de Pernambuco e, em especial, à tradição do frevo, gênero musical e dança.
- B) o frevo é apresentado como uma força arrebatadora, mas incapaz de tirar alguém de si, de provocar um sentimento transcendental.
- C) um pedido é solicitado para que o frevo não tome conta do eu-lírico, sob o risco de torná-lo caduco, nos versos “Não tenha dó de mim / Vai ser pior assim”.
- D) os termos musicais (ré, fá, sustenido, bemol) funcionam como metáforas da variação linguística presente na letra da canção.
- E) o eu-lírico recorda o Recife como uma cidade moderna e fértil de beleza, como um arará maduro que ainda oferece doçura.

44. Analise o poema reproduzido a seguir.

Rondó dos cavalinhos

(Manuel Bandeira)

Os cavalinhos correndo,
E nós, cavalões, comendo...
Tua beleza, Esmeralda,
Acabou me enlouquecendo.

Os cavalinhos correndo,
E nós, cavalões, comendo...
O sol tão claro lá fora,
E em minh'alma - anoitecendo!

Os cavalinhos correndo,
E nós, cavalões, comendo...
Alfonso Reyes partindo,
E tanta gente ficando...

Os cavalinhos correndo,
E nós, cavalões, comendo...
A Itália falando grosso,
A Europa se avacalhando...

Os cavalinhos correndo,
E nós, cavalões, comendo...
O Brasil politicando,
Nossa! A poesia morrendo...
O sol tão claro lá fora,
O sol tão claro, Esmeralda,
E em minh'alma - anoitecendo!

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Record, s. d. (Mestres da literatura brasileira e portuguesa). (p. 161-162).

O poema “Rondó dos cavalinhos” faz parte da obra *Estrela da manhã*, publicada por Manuel Bandeira, em 1936. Nesse poema, observa-se

- A) a referência, no título, a uma forma poética fixa da antiguidade clássica.
- B) a referência ao contexto histórico no décimo primeiro e no décimo terceiro versos.
- C) o uso do estribilho quatro vezes ao longo dos 23 versos da composição.
- D) a utilização de vocabulário formal e rebuscado nas palavras e nas frases.
- E) a utilização de metáforas desgastadas no oitavo e no vigésimo versos.

45. Poesia urbana, poesia marginal, poesia de rua são expressões usadas para definir a poética de Miró da Muribeca. Na produção literária desse autor, predominam características como
- A) rebuscamento, lirismo e humor.
 - B) musicalidade, crítica social e melancolia.
 - C) oralidade, denúncia social e ironia.
 - D) formalismo, alheamento social e humor.
 - E) coloquialidade, conformismo e emotividade.
46. Na produção poética de Carlos Drummond de Andrade, a obra
- A) Alguma Poesia (1930) apresenta uma linguagem engajada, social e política.
 - B) Sentimento do Mundo (1940) apresenta uma linguagem metafísica, individual e irônica.
 - C) A Rosa do Povo (1945) apresenta uma linguagem intimista, irônica e coloquial.
 - D) Claro Enigma (1951) apresenta uma linguagem engajada, social e política.
 - E) Brejo das almas (1934) apresenta uma linguagem intimista, irônica e coloquial.
47. Paulo Bruscky é um artista contemporâneo associado ao movimento da arte postal. Essa expressão artística é conhecida como um dos desdobramentos das propostas formais do poema/processo. Esses e outros movimentos de vanguarda agitaram a produção artística e literária brasileira nos anos 60 e nos anos 70 do século passado. São características comuns ao poema/processo e à arte postal:
- A) a exploração do signo não verbal e a perspectiva de produção artística coletiva.
 - B) a utilização do signo verbal e a valorização da ideia de autoria da obra de arte.
 - C) a manutenção do conceito tradicional de literatura e o trabalho com o verso.
 - D) a ampliação do conceito de literatura e o trabalho com o signo verbal.
 - E) a valorização do conceito tradicional de literatura e o uso do signo não verbal.
48. Conforme Antonio Candido (1989), o romance de Clarice Lispector desloca a estrutura narrativa tradicional para a exploração da linguagem como densidade subjetiva. Sobre a produção romanesca de Clarice Lispector, é correto afirmar que, em
- A) A hora da estrela, a narradora-protagonista revela uma consciência fragmentada e uma luta contra a condição social adversa.
 - B) Perto do coração selvagem, a narrativa revela um fluxo cronológico linear e centrado no realismo psicológico.
 - C) Um sopro de vida, a estrutura narrativa revela múltiplas personagens e uma consciência fragmentada no espaço urbano.
 - D) O lustre, a narrativa revela a protagonista Ana, que experimenta um processo de epifania ao viver um momento de autonomia plena.
 - E) A paixão segundo G.H., a vivência da protagonista revela uma escrita que busca expressar o indizível e o limite do humano diante do inumano.

49. O regionalismo, na literatura brasileira contemporânea, transcende tanto a descrição paisagística quanto a representação pitoresca local e traça uma teia narrativa de tradição oral, memória e identidades. Sendo assim, as obras que englobam essas características são:

- A) O sertanejo, de José de Alencar; A cabeça do santo, de Socorro Acioli; A palavra que resta, de Stênio Gardel; Heroínas Negras, de Conceição Evaristo.
- B) O sertanejo, de José de Alencar; A cabeça do santo, de Socorro Acioli; Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior; A filha do pajé, de Jarid Arraes.
- C) Dois Irmãos, de Milton Hatoum; Oração para desaparecer, de Socorro Acioli; Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior; Corpo desfeito, de Jarid Arraes.
- D) Dois Irmãos, de Milton Hatoum; Oração para desaparecer, de Socorro Acioli; Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior; A palavra que resta, de Jarid Arraes.
- E) Dois Irmãos, de Milton Hatoum; Oração para desaparecer, de Socorro Acioli; A palavra que resta, de Itamar Vieira Júnior; A filha do pajé, de Jarid Arraes.

50. Considere a situação a seguir.

Em uma escola, na turma do 2º ano do Ensino Médio, o professor de língua portuguesa e literatura selecionou o romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, para trabalhar com a sua turma ao longo do bimestre. Para isso, o docente adotou os seguintes procedimentos:

- dividiu a turma em 10 grupos, com 4 componentes;
- dividiu os capítulos da referida obra entre os grupos (nove grupos ficaram com 15 capítulos e um grupo com 13);
- orientou que cada grupo produzisse, como tarefa para casa, resumos dos capítulos sorteados;
- solicitou que cada grupo produzisse uma linha do tempo do período histórico em que o romance foi escrito, destacando fatos políticos, datas importantes e características do realismo brasileiro;
- realizou leitura breve de trechos da obra em sala de aula para treinar análise sintática e linguagem denotativa; e
- aplicou uma prova com questões objetivas sobre as características da escola literária, dos dados biográficos do escritor, dos fatos políticos e de sintaxe do período composto;

Não foi possível promover a leitura integral da obra em sala de aula, nem a discussão interpretativa coletiva.

Considerando a discussão sobre letramento literário desenvolvida pelo pesquisador Rildo Cosson, na obra *Letramento Literário: teoria e prática (2006)*, conclui-se que, ao promover a leitura de fragmentos da obra,

- A) o uso do texto literário como recurso didático para ampliar o vocabulário e a memorização de informações históricas e biográficas, o docente esvaziou o potencial formativo da literatura. Essa prática reduziu a literatura a documento histórico e desconsiderou a fruição estética, que é o elemento essencial do letramento literário.
- B) o uso do texto literário como pretexto para o ensino de gramática e a memorização de informações históricas e biográficas, o docente não possibilitou a formação do leitor literário. Ele ignorou a multiplicidade subjetiva do estudante, apesar de o aluno ter vivenciado a experiência estética e formal do texto artístico.
- C) o uso do texto literário como pretexto para ensino de gramática e a memorização de informações históricas e biográficas, o docente não possibilitou que o aluno vivenciasse a experiência estética do texto literário. Essa prática não articula leitura integral, fruição e reflexão crítica, inviabilizando, assim, a formação do leitor crítico que o letramento literário busca desenvolver.
- D) o uso do texto literário como recurso didático para o ensino da linguagem denotativa e a memorização de informações históricas e biográficas, o docente privilegiou a biografia do autor e o contexto sociopolítico. Ele desconsiderou a especificidade estética da estrutura literária, que é o único elemento necessário para o processo formativo no letramento literário.
- E) o uso do texto literário como pretexto para ensino de gramática e a memorização de informações históricas e biográficas, o docente não oportunizou a formação crítica do leitor. Ele desconsiderou os recursos formais e linguísticos que distinguem o texto literário do texto não literário, elementos essenciais do letramento literário.